



Entrevista com o superintendente da Previ, José Maria Rabelo, revela metas para o ano de 2013.

Um dos alvos é a redução de custos.

Página central

Na busca de reduzir o passivo trabalhista, o BB diminui carga horária e salários. Página 6

Artigo de Gilberto Santiago avalia a Previ como uma “máquina de superávits”.  
Página 7

Resultados do BB de 2012 trazem novos recordes.  
Página 8

Decisão do STF entrega processos da previdência complementar à Justiça comum.  
Página 8

O Editorial “Previdência e longevidade” trata do estudo para a criação de um fundo específico que visa o desconto vitalício. Página 2

## O espectro da eficiência

*Wagner Gomes*

Nas ações do governo em 2012, que não foram poucas, as reações do setor privado se mostraram, no mínimo, assustadas com a interferência estatal na vida econômica. A equação de que se podia prever o futuro, com base em uma lógica do passado, tornou-se peça de museu. Enquanto no mundo a crise estourou, motivada por uma avalanche de crédito que fazia explodir o consumo, no Brasil, esse mesmo movimento, que endividava as famílias, somente ocorreu no pós-crise. A gestão anticrise formulava políticas que recorriam a gastos públicos, renúncias fiscais e fomentava o declínio das taxas de juros, não se dando conta de que poderia estar direcionando a demanda em relação a determinados tipos de bens, a exemplo de imóveis e carros, enquanto a nova classe média já começava a dar sinais de aspirações de consumo modificadas, cuja oferta ficava fora dos estímulos oficiais concedidos.

Relembremos alguns dos movimentos econômicos de 2012, no Brasil. No primeiro deles, o câmbio flutuante virou uma parafernália com movimentos opostos, ganhando o apelido de câmbio vigilante. Quando a cotação do dólar atingiu 1,70 real estendeu-se a alíquota do IOF para 6% em empréstimos externos com prazo de três anos, estabelecendo-se, ainda, leilões de swaps cambiais reversos. O ministro Mantega transmitia ao mercado informações de que seriam medidas de caráter permanente, porém em pouco tempo elas eram desfeitas, e, hoje, o que restou foi um dólar ao redor de reais, emblemático para o equilíbrio que se pretende. A desoneração da folha de pagamento ainda está em busca de seus contornos reais. A expansão do limite do FGTS e os estímulos aos setores imobiliário e de porto, prometem chegar em boa hora. O duro embate com a telefonia móvel revelou-se conturbado e mostrou o lado intervencionista do governo, de uma forma rude e implacável. Na queda

de braço com a indústria bancária, essa se viu forçada – esse é o termo mais adequado – a promover consistente redução de seus spreads. A utilização dos bancos públicos, quer seja na redução de spreads e taxas de serviços bancários, quanto na elevação da oferta do crédito, sinalizou que o governo não recuaria em seus propósitos.

Em meio a tantos confrontos, o governo, para evitar inflação maior, fez com que a Petrobras renunciasse ao seu equilíbrio econômico, impedindo-a de aumentar o preço da gasolina por um longo período, comprometendo, seriamente, seu plano de investimentos. O uso político da empresa em função dos rumos da economia fez com que ela perdesse 45% de seu valor de mercado nos últimos três anos. A vigorosa queda da taxa Selic também é outro movimento emblemático desse período. Por conta dele, o governo alterou, de quebra, as regras de remuneração da caderneta de poupança. Em outra iniciativa que deu o que falar, o setor elétrico sofreu a maior intervenção de sua história e, a partir de agora, seus resultados práticos já se farão sentir no bolso dos brasileiros.

Todos esses movimentos geraram turbulências no mercado, afetando o comportamento das ações nas bolsas, provocando reações pró e contra na grande mídia, no corporativismo das empresas públicas e nos embates parlamentares. Ao que tudo indica, o diagnóstico está correto ao focar o custo Brasil, porém paira no ar uma sensação de que o tratamento possa estar insuficiente ou equivocado, em face dos resultados que teimam em se procrastinar, minando a imagem de eficiência do governo. Quem sabe, em 2013, possamos tirar a prova dos nove, quando crescimento de 3,0% no PIB já estaria de bom tamanho.

*Wagner Gomes, administrador de empresas*

O ano de 2013 começa com as mesmas nuvens cinzentas que nos assombraram nos últimos meses de 2012. Como se sabe, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar tem negociado com os representantes do Governo Dilma uma fórmula de alterar a Resolução atual que normatiza a retirada de patrocínio. Depois de muito

plano para manga aquele Conselho reflete agora sobre a criação de um fundo de longevidade para garantir os benefícios de sobrevivência de participantes assistidos de planos que fiquem sem patrocinadora.

Os representantes do Ministério da Previdência prometem a substituição da resolução atual 06/MPAS, mas a resistência, porém, foi maior do que o Governo imaginava, principalmente por parte da FAABB, ANABB, ANAPAR e do movimento sindical. As principais divergências giram em torno da destinação das reservas de contingência e superávit e da manutenção de planos e entidades sem patrocinador.

Um dos pontos mais polêmicos diz respeito aos assistidos que, mesmo sem o Patrocinador, queiram continuar recebendo uma renda do plano ao qual está associado, pois esse é um direito indiscutível firmado quando da adesão ao Plano.

Fundo de sobrevivência – A secretaria de Políticas de Previdência (SPPC) está acenando com a possibilidade de manutenção dos planos dos assistidos. Para isso, está estudando a proposta de criação do chamado fundo de longevidade, a exemplo do que ocorreu com o plano de benefícios do Funpresp

(dos servidores públicos da União). O fundo dos servidores federais foi aprovado como um plano do tipo de contribuição definida, porém, para os aposentados e pensionistas que ultrapassarem a expectativa de vida, continuarão recebendo benefícios através desse fundo de longevidade.

“Estamos estudando a proposta de criação de um fundo que garanta a sobrevivência em cinco anos para os participantes assistidos de planos que contarem com a retirada de patrocínio”, revela Jaime Mariz, titular da SPPC.

Assustador... Cinco anos? E se o aposentado “insistir” em viver mais?

O secretário diz que a proposta depende apenas da comprovação de sua viabilidade técnica. “Estamos de acordo com a proposta de criação do fundo de longevidade, falta apenas a comprovação de sua viabilidade”, “A previdência complementar é voluntária. Não dá pra obrigar as empresas a permanecer” diz Mariz. Bem... Somos forçados a discordar do Dr. Mariz. Pelo menos no que se refere a Previ, nossa adesão foi compulsória.

Outros pontos em que havia divergência parecem também caminhar para um acordo. A destinação das reservas de contingência, por exemplo, deve ficar para o plano ao invés de ser revertido para a patrocinadora que saia do fundo. Quanto a destinação do superávit, essa chaga do Governo Lula permanece e deve seguir as regras da Resolução 26, que define a distribuição paritária para participantes e patrocinadora. Contudo, isso pode ser mudado, eis que tal Resolução tem sido questionada na Justiça por várias entidades, inclusive a FAABB.

Especialista em Previdência, José Anchieta Dantas inquiriu à Previ se o Banco vem cumprindo sua obrigação contratual, conforme Cláusula Primeira do Contrato Previ BB, de 24.12.1997 e do respectivo aditivo de 9.2.1998, de assumir o ônus de riscos financeiros decorrentes de alterações necessárias na premissa atuarial para a taxa de juros, que resultem em elevação das Reservas Matemáticas (Provisões Matemáticas) e se, satisfazendo, em qual conta estão sendo registrados os recolhimentos (na contabilidade da Previ).

A taxa de juros em questão já foi alterada de 6% a.a. para 5,75 % em 2006; de 5,75 % para 5,5 % em 2009 e de 5,5 % para 5 % em 2010, para adaptação às condições do mercado. Havendo redução, como foram os casos, o valor presente das Provisões Matemáticas aumentam e, assim sendo, há o risco financeiro de seu montante ser insuficiente, se não for adotada tabela de mortalidade com expectativa de vida menor, daí a necessidade de elevar essas reservas para manter a AT 2000 (atual tabela de mortalidade).

Conforme o Contrato BB x Previ de 1997, o encargo do reforço, relativo ao Grupo Pré 67, é de responsabilidade do Banco.

A não observância desse dever contratual significa uma forma de apropriação indevida de recursos, pois se o BB não o satisfaz, os acréscimos nas Provisões Matemáticas foram cobertos com resultados da Previ.

## NOTÍCIAS DO B BRASIL

É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

**Fundador: Cyro Verçosa**

**Endereço:** Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 Savassi - Belo Horizonte - MG  
CEP: 30110-039  
Fone: (31) 3194 5900  
Fax: (31) 3194 5903  
www.unamibb.com.br  
unamibb@unamibb.com.br

### Diretoria Presidente

Altair de Castro Pereira

### Vice-presidente

Isa Musa de Noronha

### Diretor Secretário

José Sana

### Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

### Diretor Financeiro

Raimundo Vítor Santos

### Jornal Notícias do BBrasil

#### Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

#### Edição, Editoração e Projeto Gráfico:

Luzia Lobato

#### Impressão:

Editora O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

## Práticas que ajudam você e a CASSI

### Atitudes que contribuem para a sustentabilidade e a eficiência do Plano

**Mantenha seu cadastro atualizado:** para garantir que todas as informações importantes da Cassi cheguem até você, mantenha seu endereço, telefone e email sempre atualizados. É fundamental, também, que os seus dados e os dos seus dependentes estejam corretos e completos. Informações dos associados e dependentes, como CPF e nome da mãe, são exigidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e a Cassi pode sofrer penalidades caso não envie os dados atualizados dos seus beneficiários.

**Atualize seus dados pelo site [www.cassi.com.br](http://www.cassi.com.br).** No menu “Serviços para Você”, depois de fazer seu login, clique em “Atualização Cadastral”. Atenção: apenas o titular do Plano pode atualizar o cadastro dos dependentes.

**Quando precisar de atendimento,** consulte primeiro [www.cassi.com.br](http://www.cassi.com.br): o site deve ser a sua primeira opção sempre que precisar de atendimento da Cassi. O portal da Caixa de Assistência na internet oferece agilidade e comodidade para acessar vários serviços. Antes de ligar para a Central Cassi, conheça as funcionalidades disponíveis no site.

**Tenha um generalista como seu médico de confiança:** ele acompanhará melhor sua saúde, sendo sua referência sempre que você precisar de algum cuidado. Se necessário, vai encaminhá-lo a um especialista. Os participantes cadastrados

na Estratégia Saúde da Família (ESF) da Cassi são acompanhados por uma equipe multiprofissional que inclui um médico de família (generalista). Essas equipes atuam nas CliniCassi. Os telefones e endereços estão no site, link “Localize a Cassi”.

**Atendimento ambulatorial:** verifique com a Unidade do seu Estado qual a CliniCassi mais próxima. Você pode recorrer a ela quando necessitar de atendimento ambulatorial, aferição de pressão, retirada de pontos e curativos em geral. Há 65 CliniCassi funcionando no País (nas Capitais e em diversas cidades com mais de 1,2 mil participantes), com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

**IMPORTANTE:** não é adequado procurar pronto-socorro ou atendimento ambulatorial em hospitais para realizar tratamentos ou ações preventivas. Buscar serviços de urgência e emergência para casos que podem ser resolvidos por meio de consultas com horário marcado também não é indicado, pois dificulta o acesso para o atendimento dos casos mais graves, que requerem intervenção imediata, e custa mais caro do que consultas com hora marcada. A espera por atendimento nesses locais ainda pode expor você e seus dependentes a doenças típicas de ambientes hospitalares.

Use a Central (0800 729 0080) de forma adequada

- Sempre que possível, evite ligar em horário comercial (das 8h às 12h e

das 14h às 18h);

- Antes de ligar, tenha sempre o seu cartão de identificação em mãos;

- Selecione a opção de atendimento mais adequada à sua solicitação;

- Anote o número do protocolo informado pela Unidade de Resposta Audível (URA), pois facilita o acompanhamento das solicitações;

- Dê preferência ao telefone fixo para fazer ligações para a Central Cassi. As ligações feitas a partir de telefones celulares são bem mais caras e pesam mais no custo do seu Plano;

Outros cuidados

- Não assine formulários em branco, como guias de consultas, exames e procedimentos;

- Acompanhe os extratos de utilização do Plano e verifique se os débitos estão corretos;

- Antes de optar pela utilização de serviço não credenciado, pela modalidade de livre escolha, verifique as condições de reembolso (cobertura do Plano, valor do reembolso, perícia prévia etc). Assim que realizar o procedimento fora da rede credenciada, entregue à Cassi toda a documentação necessária para a solicitação de reembolso;

- Lembre-se de que seu cartão é de uso pessoal e intransferível. Em caso de perda ou roubo, comunique imediatamente a Central Cassi;



Superintendente da Previc fala sobre os bastidores que levaram à redução gradual das metas atuariais e diz que vai cobrar maior eficiência da administração dos planos.

*Quando assumiu o comando da Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar – em março de 2011, José Maria Rabelo já encontrou uma forte discussão sobre a redução das metas atuariais. Passados quase dois anos, depois de intensos debates com os representantes do sistema, as novas regras enfim foram aprovadas no final de 2012 pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC). Em entrevista exclusiva à Investidor Institucional, o superintendente conta como foram os bastidores e justificativas que levaram ao corte regressivo da meta. Por outro lado, revela que uma das prioridades do órgão para o próximo ano será a redução dos custos de planos. Ele explica que em época de taxas de juros menores e mercados mais complicados, os gestores devem buscar maior eficiência em relação aos custos. Outro assunto que Rabelo aborda é a atuação da Previc em relação aos investimentos das fundações em ativos e fundos de bancos como o Cruzeiro do Sul e BVA que sofreram intervenção do Banco Central. Confira a seguir:*

**Investidor Institucional** – Qual foi o contexto que levou à definição das novas regras da meta atuarial dos planos de benefícios dos fundos de pensão?

**José Maria Rabelo** – Mais importante que as novas regras das metas atuariais, é importante falar sobre o contexto que levou à mudança. É um pouco chover no molhado dizer que no tocante às taxas de juros, a resolução estava desatualizada, pois era muito anterior à crise financeira internacional, anterior ao início do ciclo de redução dos juros da economia brasileira. Mas isso levou a uma discussão muito intensa, desde quando assumi a Previc no início de 2011, quando já estava claro que a resolução estava desatualizada. Nunca colocamos que a situação era crítica, pois entendíamos que a resolução 18 estabelecia um teto, que cabe aos gestores trabalhar com parâmetros compatíveis com cada plano. Mas apesar de ser um teto, sabíamos que até final de 2011, 43% dos planos de benefício definido ainda mantinham taxa de 6% ao ano.

**II** – Era uma quantidade ainda grande de planos BD que estavam com o teto de 6% ao ano, não é mesmo?

**JMR** – Avaliamos que era uma quantidade ainda grande, não era trivial. Ainda que 57% já estavam abaixo do máximo. Mas uma grande quantidade ainda estava com o teto máximo. Por isso, era importante

mexer no teto. A discussão vinha há bastante tempo no âmbito do conselho nacional de previdência complementar. Partimos com uma proposta que contemplava uma redução para entrar em vigor já para 2012. Mas no amadurecimento da discussão chegamos ao consenso que o marco inicial da redução valeria a partir do exercício de 2013, como prevaleceu efetivamente.

**II** – Como foi essa discussão para o início das novas metas? A Previc e o Ministério defendiam a entrada em vigor ainda em 2012?

**JMR** – Nós defendíamos uma proposta mais incisiva já para o exercício de 2012. Mas como fruto da discussão, não apenas com a Abrapp, Apep, Anapar, mas na discussão interna dentro do governo, nossa proposta foi aperfeiçoada. Então, houve uma preocupação bastante lícita que uma mudança dentro do próprio ano poderia gerar dificuldades, pois muitas entidades já estavam elaborando a avaliação atuarial do ano.

**II** – Quando o sr. fala em uma discussão interna dentro do governo, isso envolveu a questão dos fundos de pensão patrocinados por estatais?

**JMR** – Sempre fizemos a discussão olhando o sistema como um todo. Temos fundações patrocinadas por entes estatais ou privados, mas nunca fizemos essa distinção. A conclusão é que o impacto seria perturbador se fosse realizada com validade para 2012 veio de todas as partes do sistema. E a gente acolheu pois tínhamos um feedback nesse sentido. Fruto dessa discussão intensa, nós decidimos pela mudança a partir do ano que vem. Portanto, não haverá ajuste nos parâmetros desse ano. O ajuste começa em 2013 com uma redução de 0,25 ponto percentual, que será repetida a cada ano, até chegar a 4,5% em 2018.

**II** – E como vocês chegaram à proposta de uma redução regressiva ao longo dos próximos anos?

**JMR** – A proposta anterior era uma redução maior já em 2012 e depois realizar mais dois ajustes anuais subsequentes. Mas a opção foi realizar a redução de forma mais gradativa, ao longo de seis anos até chegar a 4,5% ao ano. A ideia foi sinalizar um quadro de maior estabilidade para o sistema. Isso não quer dizer que no meio do caminho o CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) não possa rever o ritmo de corte da taxa. Mas a intenção foi de sinalizar aos gestores o que é que se pretende ao longo do tempo.

**II** – Quais os efeitos mais importantes da nova regra?

**JMR** – O mais importante não foi o corte

de 0,25 ponto percentual, que não será tão relevante, pelos menos no primeiro ano. O mais importante na nova resolução é que deve haver aderência entre os parâmetros adotados pelos gestores e a sua realidade. Isso inclui taxas de juros e tabela de mortalidade. Não quer dizer que existe um teto para a meta e que o gestor terá que adotá-la obrigatoriamente. Qualquer que seja a taxa adotada, o gestor terá que demonstrar que pode atingi-la. Claro que não pode ultrapassar o teto. Mas qualquer que seja a taxa adotada, terá que demonstrar que é possível superá-la, que está adotando os parâmetros adequados.

**II** – O sr. diz que a regra pode ser revista no meio do caminho. O que pode gerar essa revisão, por exemplo, se houver uma nova subida dos juros?

**JMR** – É difícil falar em cima de hipóteses, mas é claro que podemos rever a decisão a qualquer momento. Se mudarem as condições de mercado podemos rever a decisão. Não me parece que é o que vai acontecer, pois a tendência dos juros já está dada, mas como é uma decisão que trabalha com horizonte de seis anos, pode haver outra mudança.

**II** – E a proposta do modelo de vértices que atrelava a meta atuarial aos juros dos títulos públicos, foi deixada de lado? Por que?

**JMR** – Na verdade é uma questão de prioridades. Essa proposta que é bem mais complexa e está em uma fase de discussão muito inicial, envolve uma mudança total do modelo atual. Então, implicaria atualizar de A a Z a Resolução 18. Para isso, precisamos de mais tempo para amadurecer a discussão, o que ainda não foi feito. Do ponto de vista da Previc, existe a intenção de realizar a revisão completa da resolução, inclusive dos mecanismos de precificação de ativos nos balanços dos fundos de pensão, sempre com a preocupação que não promova nenhum desequilíbrio desnecessário no sistema. Mas agora optamos por realizar uma mudança bem mais pontual sem prejuízo que mais adiante possamos retomar no âmbito do CNPC uma revisão mais completa da resolução.

**II** – E a mudança da tabela de mortalidade também entra nessa fase posterior da revisão da Resolução 18? Será criado um grupo de trabalho para isso?

**JMR** – Certamente, a tabela de mortalidade vai entrar na pauta da revisão, assim como a questão da precificação dos ativos e outros temas importantes. A questão das tabelas também precisa ser revista periodicamente, pois elas tendem a ficar desatualizadas. Mas ainda não constituímos nenhum grupo de trabalho

específico para isso.

**II – O que será discutido na questão da precificação dos ativos?**

**JMR** – São as regras para a precificação dos ativos e passivos dos planos de benefícios. A questão central gira em torno da marcação a mercado dos ativos. Mas isso ainda precisa de um aprofundamento da discussão.

**II – Alguns atuários demonstram preocupação que a atualização das regras sejam realizadas de forma muito agressiva e gerem desequilíbrios desnecessários? O que o sr. acha disso?**

**JMR** – É uma opinião importante. A gente aceita e estuda as sugestões. O nosso foco não é o próximo exercício. Nosso foco são as próximas décadas. Então é importante calibrar bem as mudanças, para evitar ônus e angústias desnecessárias. Mais importante que realizar mudanças abruptas, é de fato realizar alterações paulatinas, de forma a trazer novos modelos. Ainda não fizemos nenhuma mudança, mas quando falamos de marcação dos ativos nos balanços é algo que outros países já realizam e que aqui também podemos avançar nessa direção.

**II – Temos dados que o sistema brasileiro de fundos de pensão hoje é mais superavitário que deficitário. Vocês analisam que nosso sistema brasileiro é mais saudável que de outros países?**

**JMR** – Sem dúvida. De fato o sistema é bastante sólido. Passou bem pela crise financeira mundial de 2008 e 2009. O sistema como um todo entre 2004 e 2011, ou seja, em oito anos, rendeu mais que todos os índices de mercado. O setor teve rentabilidade de 216% contra uma meta atuarial de 140% e Ibovespa de 138%, enquanto a Selic ficou em 165%. Apesar das crises, o setor performou muito bem. É um sistema rentável e solvente. E o mais importante é que rendeu mais que a meta atuarial nos últimos nove anos. O que não significa que não teremos desafios a enfrentar nos próximos anos.

**II – Quais as principais preocupações da Previc em relação ao sistema complementar atualmente?**

**JMR** – Uma das principais preocupações é a redução dos custos dos planos de benefícios. É um tema que ocupa espaço cada vez mais central na agenda da Previc. Queremos verificar quais são os custos reais dos planos. Em um primeiro momento estamos cobrando mais transparência. Logo vamos atuar que haja uma redução quantitativa. Vamos fazer uma análise para verificar se os custos estão adequados a cada plano. A preocupação é que em uma época de spreads menores, qualquer redução de custos pode ser decisiva ao longo do tempo. Já recolhe-

mos informações em relação a 2010 e fizemos a divulgação. Agora já temos as informações de 2011. Mas não basta apenas divulgar. Quem estiver fora da curva, chamaremos pra conversar, aliás já estamos chamando.

**II – Qual o objetivo da Previc em relação aos custos dos planos?**

**JMR** – É inibir os altos níveis de custos que em alguns casos podem corroer os ativos dos planos de benefícios. É uma questão de eficiência. Não vemos que seja necessário mudar as regras atuais. Mas entendemos que é importante fazer valer as determinações que indicam a comunicação com os participantes e a transparência. Queremos que as fundações que tenham altos custos com taxas de carregamento ou com pagamento de fornecedores, qualquer que seja o gasto, a partir de um certo nível terá que ser reduzido. É fundamental neste momento de queda das taxas de juros. Se o desequilíbrio for muito grande, daí tomaremos uma medida mais incisiva para enquadrar o plano.

**II – Quais planos vocês pretendem atuar no sentido de reduzir os custos?**

**JMR** – Todos os planos. Mas temos que lembrar que os planos de contribuição definida e variável são mais novos. Se as despesas forem muito altas, lá na frente pode ter um resultado muito ruim.

**II – Apesar da análise do equilíbrio geral do sistema, percebemos problemas pontuais de alguns fundos de pensão e seus planos de benefícios que apresentam déficit. Quantos planos ou fundações apresentam problemas mais sérios de déficit ou desequilíbrio?**

**JMR** – É importante lembrar que a mudança vale para 2013, então qualquer projeção é muito preliminar. Prefiro ficar com a análise mais geral, mas é claro que em um universo de mais de 330 entidades e algo em torno de 1100 planos de benefícios, temos as exceções. Evidentemente há um grupo muito pequeno que enfrenta problemas. É uma quantidade muito reduzida.

**II – E a questão dos problemas com os investimentos em papéis de crédito privado de bancos como o Cruzeiro do Sul e BVA, o que a Previc está fazendo para monitorar as fundações?**

**JMR** – É importante esclarecer algumas questões com relação ao tema. Sempre que há problema com um banco, em relação aos dois últimos não foi diferente, o BVA e o Cruzeiro do Sul, sempre se fala: olha tem fundo de pensão aplicando nesses bancos. Como se o sistema de fundos de pensão fosse o patinho feio do mercado. É importante analisar os dados. Do total do patrimônio dos fundos de pen-



são, foram investidos 0,21% dos recursos nesses bancos. Isso do total dos ativos das fundações na data dos eventos da intervenção nas instituições. Tanto em ativos diretos ou em fundos de investimentos. Esse é um dado objetivo. Na mesma época, as duas instituições tinham uma participação de 0,36% no mercado financeiro. A leitura inevitável que fazemos disso é que o setor financeiro como um todo acreditou mais nesses bancos do que os fundos de pensão.

**II – Mas a Previc vai analisar casos em que houve problemas?**

**JMR** – Claro que sim, vamos analisar a questão do risco. Pra Previc interessa muito mais saber quando aplicaram, quanto aplicaram, qual a estrutura dos investimentos. Isso nos interessa saber. O que fazemos é um trabalho normal de praxe, pedimos a todas as entidades que tinham aplicações nesses bancos que nos tragam informações sobre tais investimentos, quando, como e porquê fizeram tais aplicações. Depois disso, se houver indicativos de que houve problemas, daí vamos analisar se é necessário uma ação mais pontual. É uma questão de separar o joio do trigo.

**II – Existe algum estudo ou proposta em andamento para mudança nas regras dos investimentos dos fundos de pensão (Resolução 3792)?**

**JMR** – O entendimento da Previc é que a resolução ainda está atualizada em seus principais pontos. Lembrando que a atualização das regras é de competência do CMN. Mas acreditamos que não há uma grande necessidade de mudança agora. Obviamente que sempre estamos avaliando e acompanhando as necessidades do mercado e podem ser feitos alguns ajustes pontuais. A Previc sempre está coletando sugestões do mercado, mas não há nada muito imediato.

Na tentativa de resolver parte de um passivo trabalhista, que chega a aproximadamente R\$ 2,7 bilhões e nos nove primeiros meses de 2012 rendeu despesas de R\$ 530 milhões, o Banco do Brasil reformulou a estrutura de cargos e a jornada de trabalho. Funcionários terão de decidir, até o fim desta semana, se aceitam passar seus contratos de oito horas diárias para seis — uma mudança que acarretará perda de 16% na remuneração mensal dos trabalhadores. Não há estimativa, até o momento, de quanto as alterações vão gerar de economia para o banco, mas se prevê um desempenho financeiro melhor da instituição após essas mudanças.

As alterações ocorrem no momento em que o Palácio do Planalto tenta impulsionar ainda mais o crédito no país e os bancos se veem obrigados a se tornar mais eficientes e reduzir os spreads (diferença entre o que a instituição paga para captar recursos e o que ela cobra para emprestar).

## Balanço

A expectativa dos gestores da instituição é de que a nova estrutura de cargos, comissões e salários melhore o balanço do banco, que reduziu as margens de lucro no último ano para diminuir as taxas de juros cobradas em empréstimos e funcionamentos. “Com a evolução tecnológica é preciso menos o back office (departamentos que atendem o público interno), e o BB é inflado disso. Eles estão adequando quadro funcional para esse novo ambiente de tecnologia”, argumentou João Augusto Salles, economista da consultoria Lopes Filho.

O BB é um dos últimos bancos públicos a acabar com a sétima e oitava hora dos trabalhadores, a Caixa Econômica Federal e o Banco de Brasília (BRB) já haviam diminuído a jornada no ano passado. Nessa ocasião, houve perda de sa-

lário. No Banco do Brasil, existem três situações. Parte dos trabalhadores continuará a fazer oito horas diárias, porém, eles terão até 1 de fevereiro para aderir ao novo plano de comissão, que exige o banco de pagar a sétima e oitava hora: esses extras já estariam inclusos no salário como uma gratificação pelo cargo comissionado.

Em nota, o banco informou que não é possível divulgar ainda o impacto no balanço, porque está em período de silêncio, imposto pela proximidade da divulgação de resultados. Porém, informou que em contraponto a redução de salário, em função do menor número de horas, houve elevação do valor da hora de trabalho. “No Plano anunciado, há aumento de 12% no valor da hora de trabalho, para quem optar pela jornada de seis horas. Ou seja, não haverá desvalorização do salário, mas redução do número de horas trabalhadas a serem pagas. O Plano não se balizou por um viés de redução contingencial de custos”, informou.

## Migração

Uma segunda situação é para os trabalhadores que terão de migrar para carreiras de seis horas. Na prática, o contrato dos bancários já é com essa jornada, mas, em função das comissões, os trabalhadores fazem duas horas a mais por dia. Os funcionários nessa situação não têm prazo para aderir às seis horas, mas, caso não aceitem a mudança, ficarão em “cargos em extinção” e, em alguns casos, correm o risco de perder gratificações e promoções. Para o setor de tecnologia do banco, a migração de contratos deve se encerrar no início de março. Uma parte da equipe terá jornada de seis horas e outra, de oito

O novo plano de cargos extinguiu 27 funções técnicas lotadas em Unidades Estratégicas e migrou esses trabalhadores para um posto classificado como Funções de Confiança, com jornada de trabalho de oito ho-

ras. Também foi encerrado o cargo de assessor júnior de Unidade Especial.

A Contec fez uma avaliação negativa do novo plano, entendendo que ele foi feito a partir de uma decisão unilateral do Banco e que gera perdas para os funcionários. Na avaliação da CONTEC o novo Plano surgiu da necessidade de se obter uma solução administrativa para a jornada de trabalho de 6 horas dos bancários, mas, acabou se transformando numa maneira do BB reduzir custos e passivo trabalhista. A entidade pretende fazer denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho e verificar com o seu jurídico as medidas cabíveis para impedir maiores prejuízos aos trabalhadores.

Para a Contraf-CUT “o plano é uma decepção porque o banco reduz salário de milhares de funcionários comissionados, que já deveriam estar trabalhando 6 horas, e fez uma manobra interna nas verbas remuneratórias de maneira a prejudicar os funcionários que migrarem. Quanto mais direitos conquistados o funcionário tiver, como por exemplo letras de mérito e antiguidade, maior pode ser o prejuízo”.

Tanto a Contec quanto a Contraf-CUT estão orientando os funcionários e as entidades sindicais a realizarem reuniões, debates e plenárias para discutir e dar informações jurídicas que possam embasar a avaliação e decisão de cada funcionário.

(Obs.: Inf.13/192 - CONTEC ajuíza ação civil pública contra BANCO DO BRASIL S.A. Objetivando impedir a prática de redução salarial decorrente da implementação do novo Plano de Funções pelo Banco do Brasil S.A., em meados de fevereiro, a CONTEC ajuizou Ação Civil Pública que tramita sob o no 151/2013, na MM. 2ª Vara do Trabalho de Brasília, cujo juízo decidiu apreciar o pedido de antecipação de tutela somente após a formação do contraditório e análise das alegações das partes.)



Com sua característica peculiar de concentração da aplicação de seus recursos na renda variável – bem diferente dos demais fundos de pensão –, a Previ tem sido uma campeã na produção de sucessivos superávits excedentes, disponíveis para distribuição, a chamada Reserva Especial, assim batizada pela Lei Complementar 109, de 2001.

Até 2007 não havia tanta ênfase nessa milagrosa multiplicação de pães e peixes, exatamente porque o patrocinador, embora reclamasse para si parte desse tesouro nas diversas rodadas de negociações com entidades e associações, não tinha uma base normativa que fundamentasse sua tese.

Foi quando, em setembro de 2008, surgiu, de parte do governo – acionista majoritário e grande interessado nos resultados do Banco do Brasil – uma absurda Resolução emanada de um órgão governamental (a CGPC, hoje rebatizada como CNPC) exatamente para regulamentar a parte da LC 109 que legislava sobre a distribuição dos superávits. Sob o argumento de que precisava proteger os participantes dos fundos de pensão quanto ao equilíbrio atuarial do Plano de Benefícios, alguns artigos realmente ressaltam essa preocupação, como a taxa de juro atuarial e a preservação da Reserva de Contingência ao nível de 25% dos compromissos atuais e futuros, a Reserva Matemática, que deveria ser observada na destinação dos excedentes. No entanto, um dispositivo especial se destacou como peça encomendada: a prerrogativa da repartição sob a forma de devolução dos recursos a participantes e patrocinador, na proporção de suas contribuições (na Previ seria a metade para cada parte), sob o eufemismo de “reversão de valores”, alternativa jamais cogitada pela LC 109 (de nível hierárquico bem superior a uma simples Resolução) que determinava a aplicação da Reserva Especial a dois únicos destinos: redução/suspensão das contribuições e/ou a revisão do plano de benefícios.

Este foi o marco inicial que incentivou a produção de superávits em grande escala.

Somente no exercício de 2009 (terceiro ano consecutivo de excedentes, o que obrigava sua distribuição) chegou-se ao elevadíssimo montante de 15 bilhões de excedentes, de que resultou metade para o patrocinador reforçar seus cofres e metade para ser devolvida aos participantes (da ativa, aposentados e pensionistas) sob forma provisória (outra exigência da Resolução 26), o que se passou a denominar-se BET – Benefício Especial Temporário.

Era o combustível de que precisava a máquina governamental para o exercício de medidas cada vez mais criativas na produção de excedentes, com o risco de afetar o equilíbrio atuarial do Plano. Afinal, se a coisa não desse certo futuramente, se o barco previdenciário começasse a fazer água, a própria LC 109 permite que o patrocinador se desvincule do fundo de pensão, com regras ainda obscuras e que se pretende fixar, com propostas ainda sob análise pelo mesmo órgão que editou a famigerada Resolução 26, o CNPC (Conselho Nacional da Previdência Complementar), novamente sob pretexto de “proteger o participante”. Basta ressaltar que uma das normas da minuta, ainda em exame, concede ao patrocinador o direito de levar parte das reservas do fundo de pensão, quando de sua retirada. Parece, como sempre, que nossa proteção está em boas mãos!

Outro exemplo marcante ocorreu ao final do exercício de 2012. Ante a perspectiva de um resultado desfavorável – o que ocasionaria duas consequências catastróficas = a suspensão de pagamento do BET e a interrupção de três anos consecutivos da Reserva Especial – surgiu a operação criativa (por sinal, dentro da legalidade) de efetuar uma troca volumosa de títulos do Governo Federal (alongando sua dívida interna) por outros de longuíssimo prazo e, por isso, mais rentáveis. O resultado foi um lucro de R\$ 1,4 bilhão que

reverteu a probabilidade de déficit da Previ em 2012 para uma reserva disponível para distribuição, que se supõe deva atingir cerca de CR\$ 1 bilhão de reais.

Mas a criatividade não termina por aí. Insatisfeitos com a norma da Resolução 26 que determina o percentual de 25% da Reserva Matemática na Reserva de Contingência, o que previne a formação perigosa de elevados excedentes em contraposição à garantia de equilíbrio do Plano (principalmente na Previ, onde mais de 60% das aplicações estão em ativos de risco, dependentes do comportamento do mercado acionista), já se está cogitando de alterar esse dispositivo (e o Governo pode facilmente fazê-lo, por meio de uma simples resolução), baixando a exigência de percentual para até 15% (quinze por cento).

Para se ter uma idéia do efeito multiplicador dessa proposta criativa, basta fazermos um simples exercício matemático, supondo um resultado de exercício que compreenda 150 bilhões de ativos (considerados todas as receitas) e 120 bilhões de compromissos atuais e futuros (a Reserva Matemática). Efetuando-se a diferença (150 – 120) teríamos um superávit primário de 30 bilhões, ainda não sujeito à distribuição porque teríamos que alocar 25% da Reserva Matemática (isto é 30 bilhões) em um fundo de proteção de riscos, a Reserva de Contingência. O resultado seria nulo, isto é, não haveria excedente para distribuição, mas teríamos uma garantia maior de um equilíbrio atuarial, para enfrentamento em situações de risco. Se, no entanto, prevalecer a flexibilização do percentual em 15%, por exemplo, o nosso exercício matemático resultará num excedente de 12 bilhões, com a distribuição da metade para o patrocinador. É preciso ter em mente que, na crise econômica mundial de 2008 (que poderá se repetir), o balanço da Previ apresentou um déficit de 26 bilhões de reais!

\*Gilberto Santiago é presidente da AAFBB e associado da UNAMIBB

## Previdência complementar cabe à Justiça comum

Por maioria de votos, o Supremo Tribunal Federal decidiu em 20/02/2013 que cabe à Justiça comum julgar processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada. A decisão ocorreu em dois Recursos Extraordinários, um do fundo Petros, da Petrobras, e outro do Santander-Banespa. A matéria teve repercussão geral reconhecida ou seja, passa a valer para todos os processos semelhantes que tramitam nas diversas instâncias do Poder Judiciário.

O Plenário também decidiu modular os efeitos dessa decisão e definiu que permanecerão na Justiça do Trabalho todos os processos que já tiverem sentença de mérito julgada até esta quarta. Dessa forma, todos os demais processos que tramitam na Justiça Trabalhista, mas ainda não tenham sentença de mérito, a partir de agora deverão ser remetidos à Justiça Comum. O ministro Marco Aurélio foi o único divergente nesse ponto, porque votou contra a modulação.

A tese vencedora foi aberta pela então ministra Ellen Gracie. Como relatora, a ministra entendeu que a competência para analisar a matéria é da Justiça Comum em razão da inexistência de relação trabalhista entre o beneficiário e a entidade fechada de previdência complementar.

De acordo com a proclamação do julgamento, a maioria dos ministros — 6 votos a 3 — deu provimento ao Recurso do fundo Petros.

## BB bate novos recordes com o lucro de 2012

O Banco do Brasil apresentou um lucro líquido de R\$ 12,2 bilhões, e superou seu próprio recorde. Sem contar com o superávit da Previ, o resultado foi de R\$ 11,4 bilhões, aumento de 10,2% em relação a 2011.

Em números reais, o BB somente ficou atrás do Itaú/Unibanco que teve lucro de R\$13,594 mas que viu seu resultado encolher 7% em relação ao ano anterior. Dos bancos particulares, apenas o Bradesco teve crescimento (3%) em relação a 2011.

Diante da crise global de 2012, o governo federal, visando estimular o consumo, pressionou os bancos estatais para aumentarem o crédito e reduzirem os juros.

Apesar da margem de lucro menor, o BB ganhou em quantidade, aumentando sua carteira de clientes e o número de contratos de financiamentos.

A carteira de crédito atinge R\$ 581 bilhões, com crescimento de 24,9% em 12 meses. A inadimplência ficou menor em relação aos bancos privados: 2,05% contra 3,64%.

Além disto, o BB é o primeiro banco brasileiro a alcançar a marca de R\$ 1,0 trilhão em ativos, manteve sua trajetória de crescimento no ano, atingindo no final de 2012 o valor de R\$ 1,15 trilhão, evolução de 17,2% em relação a 2011.

O lançamento do programa BOMPRATODOS estimulou o volume de

negócios. Com o objetivo de facilitar e conscientizar a tomada de crédito, o BB consolidou o relacionamento com seus clientes ao melhorar as condições de negociação. Assim a carteira de crédito do banco terminou o ano com R\$ 115 bilhões e crescimento de 25,9% somente em 2012. Nestes números não estão incluídas as carteiras do Banco Votorantim e outras carteiras adquiridas.

Do total da carteira de crédito do BB, 74,% está concentrada em créditos de baixo risco como CDC Salário, Crédito Consignado, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário. Destaques para as carteiras de Financiamento de Veículos e de Crédito Consignado, com crescimentos nos últimos 12 meses de 134,9% e 20,4% respectivamente.

A Rede de Correspondentes Mais Banco do Brasil, que inclui o Banco Postal, propiciou em 2012 o acolhimento de mais de 2,3 milhões de propostas de abertura de conta-corrente, 556 mil adesões ao cartão de crédito e R\$ 7,446 bilhões de desembolso em crédito, totalizando 1,5 milhão de operações.

Com Patrimônio de Referência 34,1% superior ao observado no mesmo período do ano anterior, o BB atingiu R\$ 107.925 milhões. Também fortaleceu o Índice de Basileia que encerrou o ano em 14,83%.

### Associe-se à UNAMIBB

Mensalidade R\$ 15,00

Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte - MG - CEP: 30110-039

Sim, desejo associar-me à UNAMIBB

Nome Completo: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

C/C Nº: \_\_\_\_\_ Matrícula \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DG

Nome da Agência: \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_